

ANAFRE

Associação Nacional de Freguesias



Relatório de Atividades e Contas 2015

INDÍCE	1
Introdução	3
Pelouro de Administração, Finanças, Património e Pessoal	11
Pelouro das Delegações	13
Pelouro de Áreas Sociais	17
Pelouro de Consultadoria Jurídica	20
Pelouro de Informação, Formação e Ambiente	29
Contas de Gerência	41

Introdução



Pedro Cegonho

Presidente do Conselho Diretivo

O Conselho Diretivo apresenta ao Conselho Geral da Associação Nacional de Freguesias - ANAFRE - o Relatório de Atividades, respeitante ao trabalho desenvolvido desde o dia 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

O ano que agora relatamos foi marcado pelo XV Congresso Nacional da ANAFRE e a aprovação do seu Documento de Orientação Estratégico, pelas Conclusões do Congresso, pelos Encontros Distritais e Regionais, pela Conferência na Sala do Senado da Assembleia da República “As Freguesias na Organização do Estado”, pelas sessões de formação realizadas, quer nos temas jurídicos, bem como nas áreas da contabilidade e contratação pública; pelo desenvolvimento e lançamento do maior projeto de modernização administrativa da ANAFRE, com a plataforma de serviços partilhados, de gestão documental, de conteúdos e de processos, com o portal e-freguesias e o novo portal da ANAFRE.

Foi, também, com inteira justiça que pretendemos recordar a memória e o exemplo do nosso Presidente, Cândido Moreira, com a criação do “Prémio Nacional Cândido Moreira para a Autonomia Local” nas categorias de “Investigação”, de “Formação” e de “Distinção Honorífica”, que visa galardoar entidades que se tenham dedicado à defesa da Autonomia Local, e destinado a distinguir os melhores trabalhos produzidos sobre os temas autárquicos, à valorização das Freguesias, essencialmente nas áreas da Modernização Administrativa e na Formação de Eleitos e Trabalhadores das Freguesias, tendo, por isso, merecido vincado reconhecimento nacional.

Continuamos com as mesmas preocupações, em face do último relatório de actividades apresentado: uma reforma administrativa do território que tem que ser avaliada e corrigida, um conjunto de legislação autárquica que gera dificuldades de aplicação e de articulação, e um financiamento a partir do Estado que subavalia as Freguesias.

Apesar de registarmos positivamente as alterações da proposta de Orçamento de Estado para 2016, ainda em discussão na especialidade, significativas no que diz respeito à autonomia da administração local, em particular na ausência de restrições especiais de contratação de pessoal e da gestão dos recursos financeiros, e ainda assinalamos como positivo, o acolhimento nessa proposta de lei da reivindicação da ANAFRE que possibilita o aumento do número de eleitos em regime de permanência nas Juntas de Freguesia, em função da sua dimensão e capacidade orçamental. Bem como, em consequência, a possibilidade, com esta alteração, de subdelegação de competências do presidente da junta em qualquer dos vogais ou em titulares de cargos de direção intermédia (caso existam).

Uma referência especial ao facto de se ter ultrapassado, após a reorganização territorial, a barreira das 1500 Freguesias associadas, cumprindo os critérios estatuídos pela Lei n.º 54/98, de 18 de Agosto, conferindo à ANAFRE o pleno estatuto de parceiro social do Estado, com legitimidade e poder acrescidos, e a posição de interlocutor incontornável nas decisões que respeitem ao poder local.

Nas próximas páginas, apresentamos o nosso relatório de contas do ano de 2015, e relatório de atividades por Pelouros e áreas de ação do Conselho Diretivo: "Administração, Finanças e Património", "Coordenação Jurídica", "Delegações", "Áreas Sociais" e "Informação, Formação e Ambiente"; da responsabilidade de todo o Conselho Diretivo e trabalhado em grupos, no âmbito de cada Pelouro.

A Comissão Coordenadora do Conselho Diretivo, foi durante o ano de 2015 composta pelo Presidente, Vice-Presidentes e Coordenadores dos vários pelouros, a saber:

- **Presidente** – Pedro Cegonho;
- **Vice-Presidente** – Armando Vieira, coordenador do pelouro "Administração, Finanças e Património";
- **Vice-Presidente** – Francisco Jesus, coordenador do pelouro "Delegações";
- **Vice-Presidente** – Jorge Veloso, coordenador do pelouro "Áreas Sociais";
- **Vice-Presidente** – Elisabete Matos, coordenadora do pelouro "Coordenação Jurídica";
- **Vogal** – Jorge Neves, coordenador do pelouro "Informação, Formação e Ambiente".

Os membros do CD participaram em mais de 400 reuniões/representações/acções, reflexo notório e positivo na imagem, notoriedade e credibilidade institucional enquanto legítima representante institucional das Freguesias, junto do Governo, Assembleia e Presidência da República entre outros sectores da Administração Pública.

Das atividades executadas, quer pela sua dimensão, quer pelos recursos humanos e financeiros que consumiram, merecem destaque:

1. A realização do XV Congresso em Ponta Delgada, Açores;
2. Início da realização de audiências junto dos parceiros institucionais e Órgãos de soberania para entrega das Conclusões do XV Congresso Nacional da ANAFRE;
3. A presença em audições solicitadas pela Assembleia da República no âmbito das seguintes Comissões:
 - a. Orçamento, Finanças e Administração Pública
 - b. Agricultura e Mar
 - c. Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local
4. Participação nos seguintes organismos:
 - a. Conselho de Concertação Territorial.
 - b. Conselho de Coordenação Financeira.
 - c. Conselho Nacional para a Economia Social
 - d. Comissão Nacional de Proteção Civil
 - e. Conselho Nacional de Bombeiros
5. Participação em diversas reuniões com membros dos governos
 - a. Ministro-Adjunto do Ambiente e Ordenamento do Território
 - b. Secretário de Estado da Administração Local
 - c. Secretário de Estado da Administração Pública
6. Participação em audiências com as Direções Nacionais dos partidos com assento parlamentar.
7. O Programa de Formação lançado em cada Delegação Distrital e Regional da ANAFRE que cobriu todos os Distritos e Regiões, através de ações de formação descentralizada no Continente e Regiões Autónomas para cerca de 700 Eleitos Locais e trabalhadores das Freguesias, da iniciativa e sob a responsabilidade exclusiva da ANAFRE, com participação presencial dos/as seus Técnicos/as, de grande utilidade para o seu trabalho administrativo;

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2015

Delegação Distrital/Regional	Local	Participantes	Dia
AVEIRO	Oliveira de Azeméis / Fajões	70	07/03/2015
	Águeda	15	
ÉVORA	Reguengos de Monsaraz	50	14/03/2015
GUARDA	Guarda	170	11/04/2015
VILA REAL	Vila Real	75	18/04/2015
VIANA DO CASTELO	Vila Praia de Âncora	40	09/05/2015
PORTO	Amarante	50	23/05/2015
	Gaia	40	
CASTELO BRANCO	Alcains	30	30/05/2015
COIMBRA	Brasfemes	30	27/06/2015
PORTALEGRE	Crato	50	11/07/2015
AVEIRO	Anadia	80	05/09/2015

8. O desenvolvimento e lançamento do projeto de Modernização Administrativa das Freguesias, SAMA/ANAFRE, no âmbito do Programa Compete, cujo investimento global foi de cerca de dois milhões de euros, concluindo-se com a passagem a produção da Plataforma e-freguesias e o novo site e portal da ANAFRE.
9. A colaboração com a Associação de Estudos de Direito Regional e Local – AEDRL - da Universidade do Minho, com quem a ANAFRE estabeleceu, no ano de 2014, através de um protocolo com o objetivo de analisar e avaliar o impacto da atual Reforma Administrativa e dos Acordos de Execução previstos na Lei 75/2013, de 12 de Setembro, o que ocorreu em 2015.
10. Lançamento de iniciativas: reuniões de trabalho e debate nas áreas da Lei das Finanças Locais, avaliação da Reforma Administrativa, revisão do Estatuto do Eleito Local e análise da Lei da celebração de ACEEP's, versus o princípio constitucional da autonomia do Poder Local;
11. A representação institucional da ANAFRE, através dos seus Órgãos Sociais, em inúmeras organizações do Estado, com participação direta nas atividades por elas desenvolvidas.
 - Grupo de Trabalho do Cadastro e da Informação Geográfica (GTCIG)
 - Grupo de Trabalho para Acessibilidades FEEI 2014-2020

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2015

- Secção Eventual para Acompanhamento dos Censos
- Secção Permanente de Estatísticas de Base Territorial
- Secção Restrita da Secção Permanente de Estatísticas de Base Territorial - Revisão das Tipologias das Áreas Urbanas
- ANIMAR - Grupo de Trabalho para Dia Municipal da Igualdade
- Fundação INATEL (Conselho Consultivo)
- Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas
- Rede Rural Nacional
- Grupo de Trabalho GERAR (Estratégia para a Gestão e Reestruturação Rural)
- Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco
- Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção
- Conselho Consultivo da Juventude
- Conselho Consultivo das Famílias
- Conselho Consultivo de Voluntariado
- Conselho Consultivo para a Reforma dos Cuidados de Saúde Primários
- Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado
- Conselho Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool
- GARANTIA JOVEM (Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Plano de Implementação)
- ICE - INSTITUTO DAS COMUNIDADES EDUCATIVAS
- Fórum Nacional Álcool e Saúde
- Comissão Intersectorial de Formação
- Comissão Nacional de Proteção Civil
- Comissão Técnica de Gestão Florestal - CT 145 – Sub Comissão para a Revisão da NP 4406:2013
- Conselho Consultivo para a Fitossanidade Florestal
- Conselho Nacional de Bombeiros
- Grupo Consultivo da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária (ENSR)
- Grupo de Trabalho 5 - Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária
- Conselho de Concertação Territorial
- Conselho de Coordenação Financeira
- Conselho Nacional para a Economia Social
- Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Plano Nacional de Saúde 2012-2016
- Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa
- Conselho Regional CCDR Alentejo

- Conselho Regional CCDR Algarve
 - Conselho Regional CCDR Centro
 - Conselho Regional CCDR LVT
 - Conselho Regional CCDR Norte
 - Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020)
 - Programa Operacional do Capital Humano (POCH)
 - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)
 - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR)
 - Programa Operacional Regional Alentejo (ALENTEJO 2020)
 - Programa Operacional Regional Algarve (CRESC ALGARVE 2020)
 - Programa Operacional Regional Centro (CENTRO 2020)
 - Programa Operacional Regional Lisboa (POR Lisboa 2020)
 - Programa Operacional Regional Norte (NORTE 2020)
14. A potenciação de Protocolos existentes com diversas Instituições tais como:
- Oceanário de Lisboa, S.A.
15. A Formalização de novos Protocolos:
- IEFPP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
 - Museu de Arte Antiga
 - Museu do Oriente
 - Portugal dos Pequenitos/Fundação Bissaya Barreto
 - Museu Nacional Ferroviário
16. A participação em duas sessões anuais do Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa – CPLRE – onde a ANAFRE integra a representação portuguesa;
17. O relacionamento institucional com organizações internacionais de autarcas, de que é exemplo vivo a CIVICA, Associação de autarcas portugueses e luso--descendentes, residentes em França;
18. Os Encontros de Freguesias, com a presença de dirigentes da ANAFRE, com a finalidade de promover, dinamizar e apoiar reuniões e sessões de esclarecimento, em parceria com as Delegações Distritais e Regionais, sobre temas setoriais de especial interesse para s Freguesias:

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2015

DELEGAÇÕES	DATA	LOCAL
DISTRITAIS REGIONAIS		
Aveiro	5 setembro	Anadia
Beja	23 maio	Salão da Cooperativa Proletário Alentejano - Beja
Braga	9 maio	Hotel Axis Ofir Fão – Esposende
Bragança	25 maio	Auditório Municipal Mirandela
Castelo Branco	30 maio	Auditório do Centro Cultural de Alcains
Coimbra	8 maio	Casa da Cultura César Oliveira Oliveira do Hospital
Évora	16 maio	DGEstE Évora
Faro	8 maio	Casa do Povo de Santo Estêvão – Tavira
Guarda	11 abril	Auditório do IPDJ Guarda
Leiria	9 maio	Estádio Municipal Dr. Magalhães Pessoa Leiria
Lisboa	9 maio	Salão Nobre dos Paços do Concelho Lourinhã
Portalegre	31 outubro	Gavião
Porto	9 maio	Auditório da Junta de Freguesia de Ermesinde
Santarém	13 junho	Edifício Pirâmide - Centro de Novas Tec. de Abrantes
Setúbal	23 maio	Auditório da Esc. Sup. de Tec.do IP Setúbal Polo do Barreiro
Viana do Castelo	9 maio	Auditório da Ancorensis - Vila Praia de Âncora
Vila Real		
Viseu	16 maio	Auditório do Museu do Quartzo – Viseu
R.A. Açores	2 maio	Audit.do Centro Cultural e Congressos Angra do Heroísmo

R.A. Madeira

6 junho

Centro Cultural e de Congressos - Porto Santo

Pronunciámo-nos sobre dezenas de iniciativas legislativas, concretizada em outros tantos pareceres institucionais emitidos sobre projetos ou propostas de lei ou de decreto-lei, emanados da Assembleia da República ou do Governo.

Realçamos ainda que no dia 10 de Junho, no Dia de Portugal, cujas comemorações foram realizadas em Lamego, foi atribuída, à ANAFRE, pelo Presidente da República, a Atribuição de Ordem Honorífica de Membro Honorário pela Ordem de Mérito.

Reiterámos, neste ano que passou, o compromisso de reforçar o papel da ANAFRE enquanto instituição de relevo junto dos órgãos de soberania – Presidente da República, Assembleia da República, Partidos Políticos e Governos – através de toda a actividade, reuniões, encontros e formação desenvolvida, possibilitando a definição dos eixos e propostas do Documento de Orientação Estratégia, aprovado no **XV Congresso Nacional da ANAFRE**, e que guiará a ação do Conselho Diretivo nos próximos anos de 2016 e 2017.

O Presidente do Conselho Diretivo

Pedro Cegonho

Pelouro de Administração, Finanças, Património e Pessoal

No decorrer da atividade associativa deste ano, merecer particular relevo as seguintes áreas:

Desde logo a implementação da plataforma colaborativa das Freguesias, na qual participámos colaborando com o Pelouro IFA (Informação, Formação e Ambiente) e o Pelouro CJ (Coordenação Jurídica) cujos técnicos e dirigentes destes dois últimos Pelouros, realizaram um trabalho a todos os títulos de grande valia, considerando os prazos apertados para a concretização da candidatura e da sua execução prática.

Visto pelo Pelouro AFP como um objetivo estratégico para este exercício, merecem todos os dirigentes e técnicos envolvidos no processo um elogio face aos resultados obtidos dos quais muitos duvidaram, incluindo a entidade de gestão SAMA.

Este projeto, financiado no que ao software e hardware diz respeito, envolveu algum esforço financeiro da associação, nomeadamente nas ações de sensibilização das associadas, tarefa que deve ser continuada e ampliada no próximo ano. É nestes objetivos de formação de eleitos, trabalhadores e da modernização administrativa das Freguesias, entre outros, que os recursos da ANAFRE são bem aplicados.

Procuramos em todas as deslocações no território, otimizar as iniciativas assentes no princípio de fazer mais com menos ou a mesma despesa.

Conforme planeado, concretizou-se a aquisição de uma nova fotocopiadora seguindo o mecanismo do contrato de “renting”, em que, no respeito pelas regras da contratação pública, o fornecimento foi adjudicado ao preço mais baixo.

Foi modernizado o parque informático da sede, financiado em grande parte por recursos elegíveis para a modernização administrativa e com algum diminuto financiamento por recursos próprios.

Procurámos, nas reuniões descentralizadas, dinamizar à adesão de novas associadas que, no presente ano cresceu 4,8% (156 novas associadas). Sendo positivo, não podemos dar-nos por satisfeito sabendo que os 57% de Freguesias associadas em 31 de dezembro, não corresponde ao esforço desenvolvido pelo Conselho Diretivo e pelas Delegações Distritais e Regionais. Devemos persistir envolvendo nesta caminhada as estruturas partidárias de base local em todo o País, numa ação sensibilizadora e pedagógica da importância da ANAFRE, na vida das Freguesias.

Foram cumpridos os objetivos de realização de receita assente na recuperação de quotas de 2013 e 2014 e no pagamento, tanto quanto possível, atualizado das quotas de 2015. Verificou-se um crescimento de 15% nesta receita, face ao orçamentado. Ainda assim, falta cobrar de quotas dos 3 últimos anos 128 mil euros.

Procurámos fazer uma gestão que nos levasse à diminuição, ou até eliminação dos prejuízos objetivando o equilíbrio. Neste desiderato conseguimos reduzir o prejuízo para 34,50% do verificado em 2014, pese a dinâmica crescente das já referidas iniciativas descentralizadas. O equilíbrio e até a sua superação, só não foi conseguido durante a vigência do exercício em curso, pela necessidade de contratar assessoria técnica especializada não orçamentada, que foi considerada como muito relevante para o desenvolvimento e qualidade da representação institucional. Sem a despesa inerente a este investimento, fica demonstrado o equilíbrio e acerto do orçamento da associação para 2015.

O modelo de cobrança por débito direto, apesar da inerente comodidade, não foi assimilado tanto quanto seria desejável, preparando-se novas e diferenciadas formas de cobrança.

Manteve-se a formação especializada dos recursos humanos da associação, investimento que reputamos de muito importante na persecução da atividade institucional.

Foi assegurado o indispensável para que o Congresso dos Açores - fosse como foi, um êxito muito participado e cuja despesa se situou no intervalo orçamental previsto. Para este resultado, muito se deve ao trabalho desenvolvido pelo pessoal ANAFRE, ao trabalho criativo do Vice-presidente Francisco Jesus na criação da imagem e da arquitetura dos documentos do Congresso, a que se juntou a moderação na despesa, apesar da deslocação para a Ilha S. Miguel nos Açores.

Procedemos a obras de conservação interior da nossa sede na Benedita, para que ali possamos ter o nosso arquivo recuado, em boa ordem.

As previstas obras de conservação do Palácio da Mitra, não se realizaram, por motivos alheios à nossa vontade, prevendo-se o início da sua execução em 2016.

Pelouro

Delegações

O Pelouro das Delegações é composto pelos membros do CD: Francisco Jesus (Coordenador), José Gabriel, Vitor Marques, Francisco Oliveira e Simplício Pestana. Os membros do Pelouro serão responsáveis pelo acompanhamento à delegação abaixo indicada.

Francisco Jesus	José Gabriel	Vitor Marques	Francisco Oliveira	Simplício Pestana
Setúbal (SP)	Açores	Leiria (FO)	Braga (VM)	Madeira
Lisboa (SP)	Castelo Branco (FJ)	Coimbra (FO)	Bragança (VM)	Porto (FJ)
Santarém (SP)	Portalegre (FJ)	Viseu (FO)	Viana Castelo (VM)	Aveiro (FJ)
Évora (JG)		Guarda (FO)	Vila Real (VM)	
Beja (JG)				
Faro (JG)				

Durante o ano de 2015, o Pelouro das Delegações traçou, os seguintes objetivos

- Manter o objetivo de aumento do número de associadas;
- Cooperar com o Pelouro IFA no desenvolvimento das Ações de Formação e com a implementação do programa SAMA;
- Acompanhar, em conjunto com o Pelouro AFP, em particular no que diz respeito à contabilidade e prestação de contas;
- Acompanhar o estudo da AEDREL e NEDAL, em conjunto com as Delegações;
- Acompanhar e apoiar ações e iniciativas de âmbito distrital e regional, na defesa das Freguesias, das populações e territórios, propostos pelas Delegações;
- Promover a dinamização de um Encontro Distrital/Regional, em conjunto com cada uma das Delegações, em data a aferir, por forma a receber contributos e reflexões para o Congresso.

De referir que, em termos do processo eleitoral, foi instalada e colocada em funcionamento a Delegação Distrital de Portalegre, verificando-se, neste mesmo período a renúncia ao mandato do Coordenador da DD de Vila Real. Nesta última, por dificuldade dos seus membros, irá se proceder a no ato eleitoral já no decorrer do presente ano de 2016, na tentativa de aprofundar a relação da ANAFRE com as Freguesias do Distrito.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2015

Denotou-se, ao longo do ano de 2015 uma clara melhoria nos procedimentos e prazos de envio de documentos contabilísticos das Delegações para a ANAFRE, situação à qual terá de ser dada continuidade em função da necessidade de consolidação contabilística.

No âmbito da preparação do XV Congresso realizaram-se Encontros Distritais/Regionais, com exceção do Distrito de Vila Real, os quais se realizaram nas seguintes datas:

DELEGAÇÕES	DATA	LOCAL
DISTRITAIS REGIONAIS		
Aveiro	5 setembro	Anadia
Beja	23 maio	Salão da Cooperativa Proletário Alentejano – Beja
Braga	9 maio	Hotel Axis Ofir Fão – Esposende
Bragança	25 maio	Auditório Municipal Mirandela
Castelo Branco	30 maio	Auditório do Centro Cultural de Alcains
Coimbra	8 maio	Casa da Cultura César Oliveira – Oliveira do Hospital
Évora	16 maio	DGEstE Évora
Faro	8 maio	Casa do Povo de Santo Estêvão – Tavira
Guarda	11 abril	Auditório do IPDJ Guarda
Leiria	9 maio	Estádio Municipal Dr. Magalhães Pessoa – Leiria
Lisboa	9 maio	Salão Nobre dos Paços do Concelho Lourinhã
Portalegre	31 outubro	Gavião
Porto	9 maio	Auditório da Junta de Freguesia de Ermesinde
Santarém	13 junho	Edifício Pirâmide – Centro de Novas Tecnologias de Abrantes
Setúbal	23 maio	Auditório da Esc. Sup. de Tec.do IP Setúbal Polo do Barreiro
Viana do Castelo	9 maio	Auditório da Ancorensis – Vila Praia de Âncora
Vila Real		NÃO SE REALIZOU
Viseu	16 maio	Auditório do Museu do Quartzo – Viseu
R.A. Açores	2 maio	Auditório do Centro Cultural e Congressos de Angra do

R.A. Madeira

6 junho

Heroísmo

Centro Cultural e de Congressos – Porto Santo

A realização dos Encontros Distritais revelaram-se de grande importância, quer no sentido de aproximar os órgãos representativos da ANAFRE das Freguesias associadas, contribuindo também para o seu aumento, bem como no contributo para a elaboração do Documento de Orientação Estratégica presente ao XV Congresso da ANAFRE, e que foi aprovado apenas com uma abstenção.

De salientar também o modelo de formação levado a efeito pela ANAFRE, através do Pelouro IFA, que se têm revelado de especial interesse para as Freguesias e para os autarcas, não apenas ao nível da formação, mas também ao nível do enquadramento do próprio papel da ANAFRE. Este projeto contou com o apoio do Pelouro das Delegações.

Relativamente ao nº de associadas, verificamos que do objetivo inicial de adesão de 318 associadas, verificou-se, em 2015, o aumento de 156 (cumprindo em cerca de 49% o objetivo delineado). Não obstante reconhecermos que ficámos aquém do objetivo fixado, também reconhecemos que foi um objetivo ambicioso, em função do histórico de adesões, mantendo-se a linha ascendente do aumento do nº de associadas, as quais já rondam os 57% da totalidade das Freguesias.

DELEGAÇÃO	% de Freguesias Associadas 2014	OBJETIVO Novas Associadas 2015	META ALCANÇADA	%	% de Freguesias Associadas 2015
Aveiro	57,1%	20	7	35%	61,9%
Beja	78,7%	5	2	40%	81,3%
Braga	41,2%	30	19	63%	46,7%
Bragança	25,7%	30	9	30%	29,6%
Castelo Branco	55%	15	8	53%	61,7%
Coimbra	59,4%	20	7	35%	63,9%
Évora	79,7%	5	2	40%	82,6%
Faro	67,2%	5	12	240%	85,1%
Guarda	38%	30	24	80%	47,9%
Leiria	70,9%	10	8	80%	78,2%
Lisboa	79,9%	5	8	160%	85,8%
Portalegre	85,5%	5	2	40%	87%
Porto	46,1%	30	15	50%	52,3%
Santarém	63,8%	20	5	25%	66,7%

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2015

Setúbal	98,2%	1	0	0%	98,2%
Viana do Castelo	35,6%	30	11	37%	40,9%
Vila Real	29,4%	30	4	13%	31,5%
Viseu	42,6%	20	10	50%	46,2%
Açores	74,2%	5	2	40%	74,2%
Madeira	96,3%	2	1	50%	98,1%
TOTAL	52,1%	318	156	49%	57%

De referir também o acompanhamento dos membros do Pelouros às Delegações Distritais/Regionais.

Importa ainda referir que, não estando no âmbito dos objetivos delineados para 2015, mas também sob proposta do Pelouro, foi atualizado o modelo de financiamento das Delegações Regionais dos Açores e da Madeira, particularmente quanto à majoração prevista, bem como a proposta de implementação de programa de financiamento extraordinário, que entrará em vigor em 2016.

PELOURO DE ÁREAS SOCIAIS

No seguimento da estratégia assumida de participação ativa, o Pelouro das Áreas Sociais manteve a sua representação, em nome da ANAFRE, nas organizações e entidades abaixo discriminadas, pautando-se pelo zelo dos interesses das Freguesias.

Desta forma, reportamos as atividades desenvolvidas no âmbito da representação institucional, enquanto parceiros:

CNPJCJ – Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco

A ANAFRE manteve a sua participação nas reuniões periódicas mensais, mantidas até ao mês de setembro, totalizando 8 sessões, sendo que as finais se centraram no debate e parecer sobre a Proposta de Lei para alteração do funcionamento e composição das Comissões Nacional e Regionais. De referir que foi por nós emitido parecer jurídico sobre a proposta apresentada.

Este organismo, que se encontra inativo, aguarda nova composição, já de acordo com a nova legislação.

Para além das referidas reuniões, realizaram-se 9 iniciativas no âmbito da Proteção de Crianças e Jovens em Risco, inseridas nos projetos: “Ser prevenção”; “A Infância não se repete”; “Mês da prevenção dos maus tratos na infância”; “Olhar comum sobre a Criança – Compromisso (Com)Sentido” e, ainda, o “Encontro Nacional da Atividade das CPCJ’s”, realizado em Ovar sob o tema “Direitos Humanos da Criança e sua concretização. Exigências da QUALIDADE na prevenção e reparação das situações de risco e perigo”.

Garantia Jovem – Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Plano Nacional de Implementação

Programa lançado através do IEFPP, liderado por uma Comissão Executiva, da qual a ANAFRE é Parceiro Social e que, à semelhança do ano anterior, reuniu uma única vez, tendo como base do debate, os resultados das candidaturas ao PEPAL, tendo sido manifestado o nosso desagrado pelo reduzido número de estágios aprovados em benefício das Freguesias (72 num universo de 1500). A justificação dada pelos responsáveis da medida centrou-se na “pertença” dificuldade das Freguesias em suportar os custos inerentes ao Programa, argumento por nós refutado.

Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado

Reuniu apenas em fevereiro e março, apresentando como justificação para a sua inércia as dificuldades logísticas, nomeadamente no que respeita à inexistência de instalações próprias.

Conselho Consultivo da Juventude

Órgão de carácter consultivo, presidido pelo Sr. Secretário de Estado do Desporto e Juventude, conta com a representação de inúmeros organismos representativos do Associativismo Juvenil e da Juventude.

Em 2015 reuniu três vezes, centraram-se na discussão das Políticas de Juventude e apresentação dos resultados dos Programas dirigidos a este público-alvo, bem como no processo de concessão das Pousadas da Juventude a entidades públicas e privadas.

O ano de 2015 foi ainda marcado pela alteração da legislação que define a composição e funcionamento deste órgão, sobre a qual a ANAFRE emitiu propostas e o seu parecer jurídico.

Fórum Nacional Álcool e Saúde

Após várias reuniões, a ANAFRE apresentou o seu compromisso subordinado ao tema “Mobilizar para Intervir”, incidindo sobre o combate ao uso nocivo do álcool, tendo como público-alvo a população estudantil bem como os trabalhadores das Freguesias.

Esta iniciativa visa efetuar o levantamento das iniciativas locais, compila-las e partilhar as boas-práticas junto deste organismo.

Conselho Nacional para os Problemas da Droga, Toxicodependência e do Uso Nocivo do Alcool

O grande objetivo proposto para o ano de 2015 foi alcançado através da realização da 1ª Conferência Europeia sobre Comportamentos Aditivos e Dependências.

De notar que se manteve a ausência das reuniões periódicas do CNPDTUNA, facto já referido no relatório do ano anterior, onde apenas se verificou uma sessão.

Realçamos o facto da ANAFRE estar representada no Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Pano Nacional de Saúde, reunido em abril, por iniciativa da Direção-Geral da Saúde.

De notar o esforço da ANAFRE, designadamente do Pelouro das Áreas Sociais, na prossecução do seu dever de representação e defesa dos interesses das Freguesias, no âmbito da sua área de intervenção, junto dos decisores políticos.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2015

Continuará ser um objetivo, que foi encetado em 2015, de estudar forma de aproximar as Freguesias a programas de apoio que auxiliem o desenvolvimento de projetos sociais.

Reiteramos a disponibilidade para novas parcerias, que se afigurem relevantes, atendendo ao agravamento das questões sociais no País e à envolvimento direta das Freguesias com as populações que, enquanto interlocutor privilegiado e de proximidade, são cada vez mais solicitadas a intervir na área social.

PELOURO DE COORDENAÇÃO JURÍDICA

No presente Relatório de Atividades, o Pelouro quer afirmar que o ano de 2015 foi assinalado por um trabalho jurídico e técnico de grande intensidade e exigência a que o Gabinete Jurídico, esforçada e competentemente, deu resposta.

O aumento do número de Freguesias associadas contribuiu para exponenciar o trabalho de produção de informações e emissão de pareceres jurídicos, esclarecimentos de teor muito diverso e atendimento personalizado.

Relata-se, de seguida, o que de mais relevante se processou, referenciando sistematicamente:

1 – COMUNICAÇÃO COM AS FREGUESIAS

Sustentando a ANAFRE uma prática desmaterializadora dos processos de comunicação com as Freguesias, o Pelouro tudo fez para que esse modelo de atuação – utilização da via informática – fosse prática diária no contacto com as Freguesias, tornando mais eficiente, mais económica e mais célere a satisfação das solicitações e necessidades das Freguesias que são de diversa índole.

O Pelouro procurou privilegiar as virtualidades do PORTAL ANAFRE para:

- Transmitir notícias e comunicados;
- Prestar informações úteis;
- Responder a assuntos que as Freguesias colocam;
- Dar a conhecer a legislação publicada;
- Expor artigos de estudo e reflexão produzidos pelos Técnicos: Juristas e de Contabilidade;
- Anunciar a formalização de Protocolos de interesse para as Freguesias e seus cidadãos;
- Esclarecer sobre questões jurídicas e administrativas da gestão das Freguesias.

1.1. – INFORMAÇÕES E PARECERES JURÍDICOS

O Pelouro entende que o esforço investido na valorização da informação permanente é fator crítico de qualquer organização, no sentido da melhoria do processo informativo interno e externo da Associação.

Assim:

Dando satisfação a questões colocadas pelos Eleitos das Freguesias, Técnicos e Vereadores das Câmaras Municipais, Instituições e Cidadãos indiferenciados, foram produzidos cerca de 1500 pareceres e informações de âmbito temático muito abrangente:

Por serem da sua especialidade, a Dra. Carla Reis respondeu a 220 pedidos de parecer sobre questões de POCAL e Contabilidade em geral.

1.2. – ATENDIMENTO ÀS FREGUESIAS POR TELEFONE

O atendimento telefónico bissemanal acolheu milhares de contactos urgentes das Freguesias com a ANAFRE.

O Pelouro havia deliberado que os Técnicos continuariam a fazer atendimento telefónico às Associadas, nas tardes de 2ª e 5ª feira. Os Gabinetes, nestes dias, estão ao dispor das Freguesias Associadas, para o aconselhamento mais simples e urgente.

A partir do mês de março p.p., a consultadoria jurídica suscitada pelas Freguesias através do atendimento telefónico, tornou-se extensiva ao Dr. Daniel Marques que se considerou preparado para este atendimento.

A consultadoria jurídica, facultada através de telefone às Freguesias, estima-se em cerca de 1300 atendimentos que conduziram à resolução de inúmeras questões específicas dele decorrentes, com elaboração de respostas escritas sucintas, enviadas via e-mail.

1.3. – ATENDIMENTO PRESENCIAL

Com o pedido prévio das Freguesias, foi possível receber em audiência os Eleitos de várias Freguesias.

Este atendimento presencial teve lugar nas instalações da ANAFRE, nos locais das reuniões descentralizadas e por ocasião do XV Congresso Nacional da ANAFRE.

Foi, ainda, feito atendimento presencial a membros do Conselho Diretivo, das Delegações e do Conselho Geral.

2 – ESTUDOS JURÍDICOS

2.1. – LEVANTAMENTO DA LEGISLAÇÃO PUBLICADA

No âmbito dos ESTUDOS JURÍDICOS, os Técnicos têm procedido à consulta do Diário da República, compilando a legislação de interesse para o exercício das suas funções jurídicas e para as Freguesias.

É trabalho quotidiano que visa centralizar recursos.

Tendencialmente, esta tarefa tem sido estendida a todo o Gabinete.

Com a consulta ao Diário da República, toda a informação é selecionada, organizada e elaborada a respetiva grelha enquadradora, da qual é dado conhecimento direto ao Conselho Diretivo, através de newsletter, e transmitida às Freguesias Associadas pelo Portal da ANAFRE.

2.2. – INFORMAÇÕES JURÍDICAS

As informações escritas solicitadas pelas Freguesias e Membros dos Órgãos Sociais da ANAFRE versaram, essencialmente:

- Questões relacionadas com a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- Interpretação e aplicação da LADA – Lei de Acesso aos Documentos Administrativos;
- Recenseamento Eleitoral;
- Enquadramento do Artº 62º do OE / 2015;
- Novas competências das Freguesias de Lisboa;
- Substituição de Membro do Conselho Geral no Congresso da ANAFRE;
- Informação sobre o Acórdão TC 494/2015, para as Freguesias;
- Apreciação sobre a alteração de DLR sobre Bombeiros da Madeira (para o Congresso);
- Inscrição de deputado municipal (AML) independente em partido – Perda de mandato;
- Concessão de transportes;
- Professor – mandato como autarca;
- 5ª edição do PEPAL - abertura de procedimento concursal;

- Declaração de confidencialidade;
- Contributos para elaboração de Pareceres Institucionais;
- guarda noturno;
- regime da caça;
- aquisição de serviços (Portaria);
- Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em risco;
- Estatuto do pessoal dirigente;
- Extinção do CEFA;
- Alteração ao regime financeiro das Autarquias Locais;
- Análise e estudo de legislação com impacto na vida dos trabalhadores e eleitos das Freguesias.

2.3. – INTERPRETAÇÃO JURÍDICA

Muitas das matérias legislativas publicadas revelam grande complexidade, suscitando questões de interpretação e muitas dúvidas quanto à sua aplicação.

A ANAFRE procurou a uniformização da interpretação, para sua fixação, junto de diversas entidades e da tutela.

Para o efeito, esteve em constante comunicação com outros organismos tais como: DGAL; SEAL; SEAF; CCDR's; C.G.A.; ACSS; SNS; IEPF; INA; etc., a fim de concertar opiniões acerca da aplicação consciente de tal legislação.

Sobre a mesma, foram emitidas informações jurídicas e notas interpretativas acerca dos seus conteúdos.

Foi, ainda, trocada correspondência com responsável dos CTT, sobre o Livro de Reclamações.

3 – INFORMAÇÕES PARA O PORTAL ANAFRE:

Com a nova arquitetura do PORTAL ANAFRE, foi necessário proceder à seleção atualizadora das informações pré existentes.

Foram criadas novas valências de consulta destinadas às Freguesias Associadas, que, depois de alojadas, ficaram disponíveis no Portal ANAFRE, designadamente:

- Perguntas Frequentes – FAQ’s;
- Modelos-tipo de pareceres jurídicos, sobre matérias de carácter e interesse universal (prontos a ser precipitados em lugar criado no PORTAL).

4 – TRABALHOS ELABORADOS A PEDIDO DO SR. PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO:

- Atas da Assembleia e Junta de Freguesia;
- Adesão das Freguesias à ANAFRE;
- Procedimento de ajuste direito com consulta a uma entidade;
- Protocolo de Colaboração com o SEF;
- Aplicação às Freguesias de Lisboa do regulamento de taxas do município;
- Norma de controlo interno;
- Petição ao Provedor de Justiça – Lei das 35 horas;
- Estudo da Lei do Orçamento do Estado para 2015.

5 – PROPOSTAS E PROJETOS DE DIPLOMAS:

PARECERES INSTITUCIONAIS DA ANAFRE

Uma das mais desafiantes funções do Pelouro da Coordenação Jurídica consiste na prévia apreciação dos Diplomas em fase de construção e na emissão de opinião sobre os seus conteúdos, principalmente quando, na sua aplicação, visam as Freguesias.

Durante 2015, foram emitidos Pareceres Institucionais respeitantes a:

- Proposta de Lei nº 265/XII que procede à quarta alteração à Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas;

- Projeto de Decreto-lei - sétima alteração ao Decreto-lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-lei n.º 2/2011, de 6 de janeiro, e com as alterações do Decreto-lei n.º 81/2013, de 14 de junho, que estabelece o regime jurídico da conservação, fomento e exploração dos recursos cinegéticos, com vista à sua gestão sustentável, bem como os princípios reguladores da atividade cinegética;
- Alteração do Decreto-lei nº 5-A/96 que estabelece a composição e formulação do Conselho Consultivo da Juventude;
- Projeto de Decreto-lei que altera o Decreto-lei nº 310/2002, de 18 de dezembro no que se refere ao regime jurídico da realização de acampamentos ocasionais;
- Projeto de Lei n.º 767/XII/1.ª (BE) - altera o regime de incompatibilidades e impedimentos aplicável aos eleitos locais e alarga o seu âmbito aos titulares de órgãos de entidades intermunicipais e associações de fins específicos;
- Proposta de alteração ao Decreto-lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, que regulamenta os Conselhos Municipais de Educação;
- Projeto de lei 775/XII/4.ª (PSD/CDS-PP) - estabelece o regime jurídico da atividade de guarda-noturno;
- Projeto de Lei nº 795/XII/4ª (PSD/CDS-PP) – que integra a sinistralidade rodoviária como um novo objetivo dos conselhos municipais de segurança e procede à primeira alteração à Lei nº 33/98, de 18 de julho, que cria os Conselhos Municipais de Segurança;
- P.J.L. nº 804/XII - PS - primeira alteração à Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais;
- Proposta de alteração legislativa ao Decreto-lei nº 74/2007, de 27 de março, para reconhecimento da habilitação dos treinadores de cães de assistência;
- Proposta de Lei nº 304/XII (GOV) - procede à primeira alteração à Lei n.º 86/95, de 1 de setembro, que aprova as bases em que deverá assentar a modernização e o desenvolvimento do setor agrário;
- Proposta de Lei n.º 306/XII (GOV) - Bolsa Nacional de Terras;
- Proposta de Lei n.º 307/XII (GOV) e Projeto de Lei n.º 157/XII/1.ª (PS) - estabelece um regime jurídico da estruturação fundiária, com vista à criação de melhores condições para o desenvolvimento das atividades agrícolas e florestais de modo compatível com a sua gestão

sustentável nos domínios económico, social e ambiental, através da intervenção na configuração, dimensão, qualificação e utilização produtiva das parcelas e prédios rústicos;

- Proposta de Portaria que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio e da autorização previstos para a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços pelas autarquias locais – Decreto-lei nº 209/2009, de 3 de setembro;
- Projeto de Lei n.º 869/XII/4.ª que estabelece a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto;
- Projeto de Lei nº 888/XII/4ª - (GOV) que procede à primeira alteração à Lei nº 56/2012, de 08 de novembro- Reorganização Administrativa de Lisboa;
- Proposta de Lei n.º 329/XII/4.º (GOV) - aprova a Lei de Enquadramento Orçamental;
- Proposta de Lei nº 320/XII/4ª (GOV) - regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública, previstas no Código das Contratos Públicos e transpõe o artigo 29º da Diretiva nº 2014/23/UE, o artigo 22º e o anexo IV da Diretiva nº 2014/24/UE e o artigo 40º e o anexo V da Diretiva nº 2014/25/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014;
- Projeto de Lei nº 888/XII/4ª - (PSD/PS) que procede à primeira alteração à Lei nº 56/2012, de 08 de novembro - Reorganização Administrativa de Lisboa;
- Proposta de Decreto-lei 260/2015 - define as missões, atribuições, tipo de organização interna e funcionamento da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens;
- Proposta de Lei nº 336/XII/4ª (GOV) - procede à décima oitava alteração ao Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-lei nº 114/94, de 3 de maio;
- Projeto de Decreto-lei que aprova o sistema de normalização contabilística para as administrações públicas;
- Iniciativa legislativa que procede à primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 22/2010/M, de 20 de agosto, que define o regime jurídico aplicável à constituição, organização, funcionamento e extinção dos Corpos de Bombeiros na Região Autónoma da Madeira.

6 – FORMAÇÃO:

Este capítulo considera duas perspetivas da área da formação: uma endógena (aquela que os Técnicos realizam no seio e por organização da ANAFRE, levando conhecimento às Freguesias); outra exógena (aquela que os Técnicos procuram colher fora da ANAFRE, em institutos que se dedicam a ministrar formação técnica especializada). Aos Juristas da ANAFRE foram proporcionadas várias oportunidades de valorização.

- No âmbito da primeira, foram realizadas várias sessões de formação desconcentrada, das quais se destaca:
- Apresentações nos Distritos de Aveiro e Porto, relativas à área dos Recursos Humanos;
- Apresentações nos Distritos de Évora, Guarda, Viana do Castelo, Coimbra, Aveiro, Castelo Branco, Portalegre e Vila Real, relativas à área das Competências e Funcionamento dos Órgãos e à área dos Recursos Humanos;
- Formação ministrada em Amarante e Vila Nova Gaia – Temas relativos ao novo CPA/2015; Recursos Humanos; Competências e Funcionamento dos Órgãos.
- Foram proporcionadas, aos Técnicos da ANAFRE, oportunidades de formação jurídica através da presença em Cursos, Conferências e Seminários, tais como:
- Faculdade de Direito de Lisboa - Instituto Direito do Trabalho:
 - Conferência Internacional sobre Contratos de Trabalho a Termo
 - Formação sobre o Novo Código do Procedimento Administrativo
 - Formação Sobre a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas
 - Conferência “O novo quadro laboral da função pública”
- Faculdade de Direito de Lisboa – Instituto de Ciências Jurídico-Políticas:
 - Curso sobre a revisão do CPA
- INA:
 - O novo CPA – DGOTFP – Algés

7 – REUNIÕES:

Deve registar-se o envolvimento das Técnicas Carla Reis e Dora Sousa que estiveram em diversas sessões para tratamento de dados e reuniões de trabalho dentro e fora da sede da ANAFRE, a propósito do Projeto SAMA.

Porque fizeram parte da equipa de acompanhamento da Candidatura ao Programa SAMA, participaram em reuniões de trabalho e sessões para tratamento de dados e resposta aos pedidos de esclarecimento colocados pelas empresas candidatas.

No âmbito desse acompanhamento (Projeto SAMA), a Jurista Dora Sousa:

- Tratou da revisão de documentos associados a todo o procedimento;
- Preparou informações diversas;
- Construiu modelos a disponibilizar às Freguesias na plataforma e-Freguesias.

A Jurista Dora Sousa esteve, ainda, presente na reunião com o STAL, a propósito da Lei das 35 horas.

Os Juristas estiveram presentes na Conferência sobre «As Freguesias no Estado de Direito Democrático», organizada pela ANAFRE que ocorreu na Sala do Senado da Assembleia da República.

A Jurista Dora Sousa ainda participou no Congresso da ANAFRE, disponibilizando-se para fazer atendimento aos delegados ao Congresso.

A concertada colaboração de todos – Conselho Diretivo, Pelouros, Técnicos, Administrativas - aplanou as dificuldades sentidas e diluiu as limitações da presença parcial e do cada vez maior volume de trabalho, assegurando que, juntos, somos capazes de superar as dificuldades e servir melhor as Freguesias.

O Pelouro, a todos, manifesta grande reconhecimento!

PELOURO DE INFORMAÇÃO, FORMAÇÃO E AMBIENTE

De acordo com as diretrizes emanadas pelo Conselho Diretivo o Pelouro IFA este Pelouro participou e colaborou com os restantes pelouros da nossa Associação, sempre com o objetivo do engrandecimento do trabalho desenvolvido pela ANAFRE.

Para além das nossas reuniões, mantivemos as parcerias com as Instituições representativas das áreas que compõem o Pelouro, mantendo uma presença ativa nas suas reuniões e atividades, integrando os grupos de trabalho que as instituições constituíram.

Foi nosso objetivo participar em iniciativas diversas com o objetivo de enriquecer a participação e a afirmação das Freguesias, através de representações de qualidade em todas as áreas onde a ANAFRE se fez representar.

- Proteção Civil
- Formação
- Acessibilidades especiais
- Florestas
- Bombeiros
- Segurança Rodoviária

Já referimos em documentos anteriores que a informação para as organizações é um dos recursos cuja gestão e aproveitamento mais influencia o seu sucesso. É um fator estruturante e um instrumento de gestão, bem como uma arma estratégica indispensável para a obtenção de vantagens competitivas, podendo ser o agente crítico que determina o seu sucesso ou decadência.

Tendo em conta que a informação é fator crítico de qualquer organização, fizemos durante o ano um esforço no sentido de melhorarmos o processo de informação interna e externa dentro da nossa Associação. Assim foi implementado na prática o Projeto SAMA que se subdividiu no sub-projeto “e-freguesias” e também no novo site da ANAFRE e respetivos serviços associados.

O Projeto de Modernização Administrativa das Freguesias promovido pela ANAFRE norteou-se por objetivos de simplificação, eficiência e transparência, no sentido de habilitar as Juntas de Freguesia a prestarem melhores serviços aos cidadãos.

O Projeto permite a conjugação de imperativos de eficácia e eficiência para com os utentes, através da criação de uma nova estrutura de gestão de processos informáticos e a promoção da interatividade entre os serviços prestados e os utentes. Desta forma será possível às Juntas de Freguesia aumentarem a qualidade dos serviços públicos numa lógica de modernidade e transparência, através da redução de custos, simplificação, desburocratização e racionalização de processos, com recurso ao uso intensivo das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Além da disponibilização de serviços on-line, numa perspetiva de self-service, este Projeto prevê ainda a gestão documental / arquivo digital. Os serviços a disponibilizar on-line aos cidadãos permitirão às Juntas de Freguesia, dispor de uma solução de atendimento/resposta on-line, numa lógica do sistema de Balcão Único, o que garante maior eficácia/eficiência nas respostas, assim como, potencia uma redução nos custos de atendimento.

Com a implementação deste Projeto, em que se criará uma plataforma “mãe” (on-line), integrando todas as Juntas de Freguesia aderentes, pretende-se por exemplo, possibilitar que os cidadãos/fregueses/ utentes, através de validação com o cartão de cidadão: requerer a emissão de atestados de residência; informar a Junta de Freguesia respetiva, de ocorrências, como, ruturas em canalizações, em vias rodoviárias, etc.

O projeto disponibilizou o equipamento informático (hardware) de suporte ao Projeto, que inclui computador, monitor, teclado, rato e impressora.

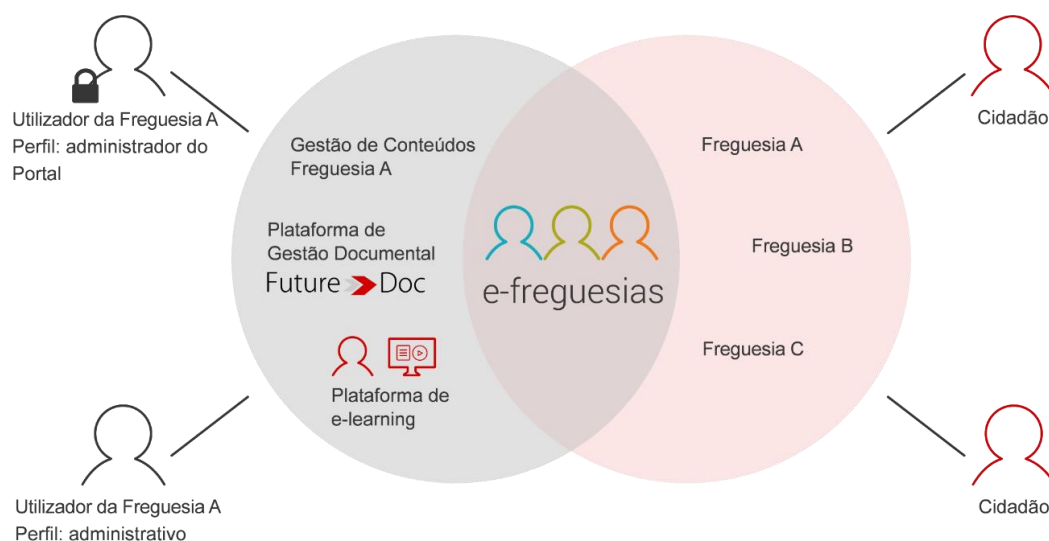
A Freguesia proporciona ao cidadão os seguintes serviços:

- Disponibilização de serviços on-line
- Tratamento de pedidos e processos
- Emissão de documentos
- Comunicação com os seus cidadãos

O cidadão pode através da plataforma ter a possibilidade de:

- Serviços self service;
- Submissão de pedidos;
- Troca de mensagens com a Freguesia;
- Consulta estado dos seus processos;
- Formulários assinados digitalmente;
- Alertas da Freguesia;
- Ocorrências / Eventos

A perspetiva de interligação é descrita, esquematicamente, na imagem seguinte



A Freguesia é responsável por tratar os pedidos e os processos dos cidadãos na Plataforma de Gestão Documental:

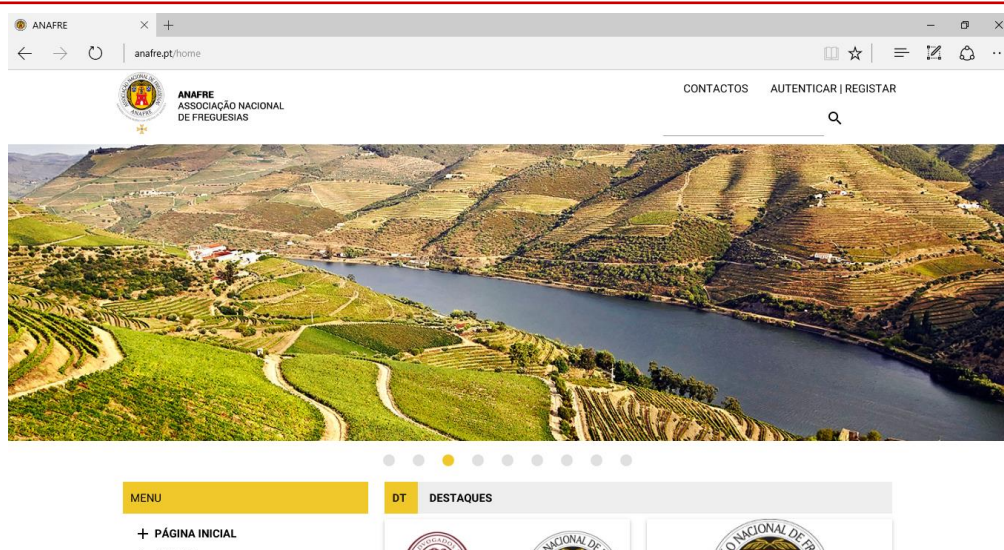
- Dar seguimento aos pedidos e mensagens recebidas pelo portal
- Registrar entradas de documentos (recebidos por correio por ex. ou entregues no balcão de atendimento);
- Dar seguimento aos processos;
- Emitir documentos para comunicar com os cidadãos, empresas e organizações (ofícios, cartas, faxes, emails, etc.)
- Emitir atestados, licenças e outros documentos que sejam solicitados pelos cidadãos (com possibilidade de assinatura digital).

Novo Site da ANAFRE

Englobado ainda na candidatura ao projeto SAMA foi, durante o ano de 2015, desenvolvido o novo site da Associação - um canal de comunicação mais adequado entre ANAFRE e Freguesias - que foi redesenhado e mapeado permitindo uma estrutura mais identificativa da sua imagem:

- Conteúdos mais estruturados
- Ênfase aos destaques
- Melhor gestão da informação e dos conteúdos
- Melhor interligação com os associados
- Melhor gestão dos pareceres

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2015



Esta plataforma ANAFRE foi concebida em duas vertentes :

- para possibilitar sub-sites para disponibilizar às Freguesias que foram desenhados e concebidos para promover condições para as Freguesias disporem de um sítio institucional, facilitando a comunicação entre a Freguesia e o cidadão, disponibilizando formas de gestão dos conteúdos do sítio e ainda informação e documentação aos cidadãos.
- Para possibilitar a existência de sub-sites das Delegações Distritais e Regionais da Associação para melhorar a sua interligação com as associadas.

Descrevem-se de seguida alguns indicadores físicos e financeiros do Projeto SAMA.

Ação 1

CCDR	N.º de Equipamentos Previstos	N.º de Desistências/Inclusões	N.º Equipamentos Entregues	N.º Freguesias Beneficiárias
Norte	415	-1Posto	414	327
Centro	298	-2 Postos	296	234
LVT	123	-1/+1 Posto	123	95
Alentejo	126	-3 Postos	123	99
TOTAL	962	- 6 Postos	956	755

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2015

Ação 2

CCDR	N.º de Equipamentos Previstos	N.º de Desistências/Inclusões	N.º Equipamentos Entregues	N.º Freguesias Beneficiárias
LVT	96	- 4 Postos de atendimento	92	55
Algarve	54	- 4 Postos de atendimento	50	40
TOTAL	150		142	95

Formação da Ação 1

LOCAL	MORADA	Data	Horário
PORTO	Auditório da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro	28-09-2015	9:30 – 17:00
ÉVORA (Reguengos de Monsaraz)	Auditório Municipal de Reguengos de Monsaraz	28-09-2015	
GUARDA	Auditório do Instituto Politécnico da Guarda	29-09-2015	
SANTARÉM (Entroncamento)	Entroncamento- Auditório da Quinta das 3 Ribeiras	29-09-2015	
COIMBRA	Escola Superior de Educação em Coimbra	30 -09-2015	

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2015

	Sta. Maria da feira	18	Freguesia de Rio Meão		03/11/2015
	Albergaria-a-Velha	23	Freguesia de Albergaria-a-Velha		02/11/2015
	Beja				
	Local				
	Beja				
	Beja	14	Freguesia de Cabeça Gorda	20/10/2015	
	Odemira	11	Freguesia de Sabóia	19/10/2015	
	Braga				
	Barcelos	30	Freguesia de Arcozelo		23/11/2015
	Braga	20	Freguesia de Lamas		16/11/2015
	Fafe	13	União de Freguesias de Antime e Silveiras		17/11/2015
	V.N. Famalicão	10	União de Freguesias de Esmeriz e Cabeçudos		19/11/2015
	Guimarães	23	Freguesia de Polvoreira		20/11/2015
	Bragança				
	Mirandela	12	Instalações da ESACT-IPB - Mirandela		13/11/2015
	Bragança	8	Escola Superior de Educação do IPB		14/11/2015
	Castelo Branco				
	Castelo Branco	13	Freguesia de Castelo Branco		24/11/2015
	Covilhã	25	União das Freguesias de Covilhã e Canhoso		25/11/2015
	Coimbra				
	Coimbra	15	Freguesia de Santo António dos Olivais		18/11/2015
	Montemor-o-Velho	11	Celeiro dos Duques de Aveiro - Vila de Pereira		17/11/2015
	Arganil	20	CETA- Centro Empresarial de Arganil		19/11/2015
	Évora				
	Évora	21	Freguesia Horta das Figueiras	21/10/2015	
	Estremoz	18	União das Freguesias de Estremoz	22/10/2015	
	Guarda				
	Sabugal	15	Biblioteca Municipal do Sabugal		24/11/2015
	Guarda	15	Freguesia da Guarda		25/11/2015
	Gouveia	27	Escola Básica de Gouveia		26/11/2015
	Mêda	16	Biblioteca Municipal de Mêda		27/11/2015
	Leiria				
	Leiria	14	Freguesia de Santa Eufémia e Boa Vista		13/11/2015
	Caldas da Rainha	18	Freguesia de N.S. Pópulo, Coto e S. Gregório		12/11/2015
	Pombal	13	Freguesia de Pombal		30/11/2015
	Lisboa				
	Lourinhã	14	União das Freguesias de Lourinhã e Atalaia	27/10/2015	
	Azambuja	8	Freguesia de Vale do Paraíso	29/10/2015	
	Portalegre				

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2015

	Nisa	25	União das Freguesias de Nisa	23/10/2015	
	Porto				
	V. N. Gaia	13	U.Freg.de Santa Marinha e S. Pedro da Afurada	26/10/2015	
	Amarante	25	Casa da Portela - Amarante		10/11/2015
	Vila do Conde	20	Teatro Municipal de Vila do Conde	29/10/2015	
	Santo Tirso	17	Freguesia de Vila das Aves	28/10/2015	
	Santarém				
	Tomar (ao Sábado)	25	Sala de Formação das Piscinas Mun. Tomar		14/11/2015
	Santarém (ao Sábado)	29	Assembleia Distrital de Santarém		21/11/2015
	Setúbal				
	Grândola	6	Freguesia de Grândola		27/11/2015
	Viana do Castelo				
	Melgaço	13	Edifício EPRAMI - Melgaço	30/10/2015	
	Viana do Castelo	25	E Cooperativa de Ensino - VP Âncora		30/11/2015
	Vila Real				
	Vila Real	20	União de Freguesias de Vila Real		12/11/2015
	Chaves	11	Freguesia de Santa Maria Maior (Chaves)		11/11/2015
	Viseu				
	Viseu	24	Quinta da Cruz - Viseu		20/11/2015
	Castro Daire	29	Biblioteca Municipal de Castro Daire		26/11/2015
	S. João da Pesqueira	15	Biblioteca Municipal de S. J. Pesqueira		10/11/2015

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2015

Ação 2

Formações Presenciais - ANAFRE- AÇÃO 2		LOCAL	DATA
Lisboa			
	Lisboa (Lisboa)	Auditório da Junta de Freguesia de Alvalade	26/01/2016
	V.F. Xira (Alverca do Ribatejo)	Sala do Fórum Cultural da Chasa	28/01/2016
	Setúbal (Setúbal)	Auditório do NNIES	29/01/2016
Algarve			
	Quarteira	Centro Autárquico de Quarteira	28/01/2016
	Tavira	Casa do Povo de Santo Estêvão	29/01/2016

Total de Presenças:

- Workshops: 576
- Presencial: 1053

Procedimentos Concursais

Ação 1

DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	PROCEDIMENTO	FORNECEDOR
Plataforma para serviços Online/Balcão Único	Concurso Limitado por Prévia Qualificação	Consórcio "AMO e AMO II - ANAFRE"
Plataforma web para internet		
Plataforma de Gestão Documental		
Plataforma de Gestão de Processos		
Implementação serviços Online 1000 freguesias		
Implementação da Gestão Documental		
Integração com os Sistemas Existentes		
Plataforma para site da ANAFRE	Ajuste Direto	Consórcio "AMO e AMO II - ANAFRE"
Implementação do Sistema de Gestão de SI	Ajuste Direto	GTOL e EIC
Gestão e Coordenação Externa	Ajuste Direto	Emi Informação, Lda
Gestão e Coordenação Interna	N/A aplicável	ANAFRE
INSTALAÇÃO DE HARDWARE	PROCEDIMENTO	FORNECEDOR
Fornecimento de Hardware/ANAFRE	Ajuste Direto	Infodindia
Fornecimento de Hardware para 1000 freguesias	Concurso Limitado por Prévia Qualificação	Infodindia e Heliflex em Consórcio
Virtualização do Servidor	Ajuste Direto	CLARANET

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2015

Ação 2

FORNECEDOR	PROCEDIMENTO
CONSÓRCIO ANO E ANO II	AJUSTE DIRETO - REGIME GERAL
INFORLÂNDIA E HELIFLEX EM CONSÓRCIO	AJUSTE DIRETO - REGIME GERAL
CLARANET	AJUSTE DIRETO - SIMPLIFICADO

Dados financeiros

Ação 1

Designação do Investimento	Total Executado	Total Executado (FEDER -85%)	Total Executado (Nacional -15%)
Plataforma para serviços Online	52.500,00	44.625,00	7.875,00
Plataforma web para Internet	52.500,00	44.625,00	7.875,00
Plataforma de Gestão Documental	52.500,00	44.625,00	7.875,00
Plataforma de Gestão de Processos	52.500,00	44.625,00	7.875,00
Plataforma para site da ANAFRE	27.675,00	23.523,75	4.151,25
Implementação serviços Online 1000 freguesias	130.000,00	110.500,00	19.500,00
Implementação da Gestão Documental	29.999,98	25.499,99	4.500,00
Integração com os Sistemas Existentes	20.525,00	17.446,25	3.078,75
Fornecimento de Hardware/ANAFRE	3.444,07	2.927,46	516,61
Fornecimento de Hardware para 1000 freguesias	963.045,72	818.588,86	144.456,86
Implementação do Sistema de Gestão de SI	95.139,27	80.868,38	14.270,89
Gestão e Coordenação Externa	91.512,00	77.785,20	13.726,80
Gestão e Coordenação Interna	24.327,42	20.678,31	
Virtualização do servidor	1.414,50	1.202,33	212,17
TOTAL	1.597.082,96	1.357.520,52	239.562,44

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2015

Ação 1

Designação	Investimento Elegível Aprovado	Investimento Elegível - Reprogramado	Execução Financeira
DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	20.602,50	20.602,50	20.602,50
Implementação serviços Online nas freguesias	14.145,00	14.145,00	14.145,00
Implementação da Gestão Documental	3.997,50	3.997,50	3.997,50
Integração com os Sistemas Existentes	2.460,00	2.460,00	2.460,00
INSTALAÇÃO DE HARDWARE	161.437,50	166.437,50	151.831,20
Fornecimento de Hardware para freguesias	161.437,50	161.437,50	147.587,70
Vitualização do Servidor		5.000,00	4.243,50
Investimento/Financiamento	182.040,00	187.040,00	172.433,70

FORMAÇÃO

A formação descentralizada que encetámos em 2014 constitui-se, na nossa opinião, como uma oportunidade decisiva para proporcionar formação a eleitos e funcionários das Freguesias, para criar uma união generalizada das Freguesias em torno dos seus problemas, necessidades e anseios.

Estes eventos afirmaram-se como um fórum importante para discussão alargada dos problemas que nos afetam e das preocupações face ao futuro.

A tipologia base dos encontros foi a seguinte:

Abertura

Conselho Diretivo da ANAFRE

Delegação Distrital /Regional

Missão da ANAFRE – Conselho Diretivo da ANAFRE

Competências e Funcionamento dos Órgãos das Freguesias / Recursos Humanos das Freguesias - (Gabinete Jurídico da ANAFRE - Dora Sousa / Leonor Amaral)

Debate

Intervalo

Finanças e contabilidade das Freguesias - (Gabinete de Contabilidade da ANAFRE - Carla Reis)

Debate

Encerramento

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2015

A tabela seguinte descreve as sessões formativas realizadas durante o ano de 2015

	Oliveira de Azeméis / Fajões	Bombeiros Voluntários de Fajões	70		Manhã
AVEIRO				07/03/2015	
	Águeda	Escola Superior de Tecnologia	15		Tarde
ÉVORA	Reguengos de Monsaraz	Auditório Municipal de Reguengos de Monsaraz	50	14/03/2015	Manhã
GUARDA	Guarda	Centro Cultural e Social de S. Miguel	170	11/04/2015	Manhã
VILA REAL	Vila Real	Assembleia Distrital	75	18/04/2015	Manhã
VIANA DO CASTELO	Vila Praia de Âncora	Escola Ancorensis	40	09/05/2015	Manhã
PORTO	Amarante	Centro Cultural de Amarante	50	23/05/2015	Manhã
	Gaia	Auditório da AM Gaia	40		Tarde
CASTELO BRANCO	Alcains	Centro Cultural de Alcains	30	30/05/2015	Manhã
COIMBRA	Brasfemes	Salão Nobre dos Bombeiros Voluntários	30	27/06/2015	Tarde
PORTALEGRE	Crato	Câmara Municipal	50	11/07/2015	Manhã
AVEIRO	Anadia	Museu do Vinho	70	05/09/2015	Manhã

REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

A representação institucional está distribuída pelos elementos do Pelouro do seguinte modo:

ÁREAS	ENTIDADE/COMISSÃO/GRUPO DE TRABALHO	REPRESENTANTE ANAFRE
Proteção Civil	Comissão Nacional de Proteção Civil Centro de Recursos de Proteção Civil e Bombeiros (Conselho Geral)	Jorge Neves / António Danado
Formação	Comissão Intersectorial de Formação	Jorge Neves / Paulo Moreira
Acessibilidades	Grupo de Trabalho para Acessibilidades FEEI 2014-2020	Joaquim Teixeira
Florestas	Conselho Consultivo para a Fitossanidade Florestal	José Barroca
Bombeiros	Conselho Nacional de Bombeiros	António Danado
Segurança Rodoviária	Grupo Consultivo da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária (ENSR) Grupo de Trabalho 5 - Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária	Paulo Moreira
Comissão Técnica de Gestão Florestal - CT 145	Sub Comissão para a Revisão da NP 4406:2013	Jorge Neves

De referir a colaboração da ANAFRE nas seguintes ações:

- Elaboração do “Estudo de caracterização dos acidentes com peões”
- Elaboração da Norma Portuguesa para a floresta sustentável CT-145
- Participação na Comissão Nacional de Proteção Civil

CONTAS DE GERÊNCIA

INTRODUÇÃO

No exercício económico de 2015, à semelhança do ano anterior, aplicou-se o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), mais concretamente a Norma Contabilística das Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), prevista no Decreto-lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, determinando a elaboração de quatro Demonstrações Financeiras:

- a) Balanço;
- b) Demonstração de Resultado por naturezas;
- c) Demonstração de Fluxos de Caixa;
- d) Anexo.

Além da informação legalmente exigível espelhada nas demonstrações financeira referidas apresenta-se mais alguma informação circunstancial, mas necessária à compreensão das contas, resultantes da atividade desenvolvida no âmbito do plano de atividades e orçamento aprovados.

Neste relatório apresenta-se também a execução orçamental, bem como o apuramento dos resultados por Centro de Custo.

Apresentam-se ainda mapas de pormenor, sempre que julgarmos facilitadores de perceção dos valores apresentados.

ANÁLISE ECONÓMICA

A situação económica da ANAFRE é negativa refletindo-se no resultado líquido do exercício de - 60.327,83 euros. Esta situação advém, principalmente, das despesas relativas à aquisição de serviços de assessoria económico-financeira, ao Congresso Nacional, aos Encontros das Delegações e outras iniciativas.

Os "Rendimentos e Ganhos" perfizeram um total de 1.575.911,25 € e apresentam a composição seguinte:

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2015

72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	736 867,94	632 417,49
722	Quotas	736 867,94	632 417,49
75	SUBSIDIOS À EXPLORAÇÃO	69 919,60	45 653,11
751	Subsidios do Estado e outros entes públicos	69 919,60	45 653,11
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	754 931,20	60 530,52
781	Rendimentos suplementares	53 095,00	30 833,44
78.1.6	Outros rendimentos suplementares	53 095,00	30 833,44
788	Outros	701 836,20	29 697,08
78.8.1	Correções relativas a períodos anteriores	550,17	177,08
78.8.3	Imputação de Subsídios ao Investimento	701 094,25	29 520,00
78.8.8	Outros não especificados	191,78	0,00
79	JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES	14 192,51	22 649,33
791	Juros obtidos	14 192,51	22 649,33
TOTAL DE RENDIMENTOS E GANHOS		1 575 911,25	761 250,45

Da análise do quadro apresentado merece realce o seguinte:

No reconhecimento dos réditos relativos a quotas foi aplicado o princípio da periodização económica, tal como nos anos anteriores, isto é, foram contabilizadas todas as quotas recebidas e as quotas em dívida em 2015.

Neste contexto, apresenta-se um quadro informativo das quotas pagas e por pagar:

Ano	QUOTAS (€)	
	Pagas em 2015	Por Pagar
2013	7 856,86	18 107,66
2014	74 220,83	26 928,12
2015	653 963,94	82 904,00
TOTAL	736 041,63	127 939,78

Os rendimentos suplementares estão relacionados, com as inscrições/apoios ao Congresso realizado em Novembro de 2015.

Durante o ano de 2015 estiveram em curso projetos comparticipados por fundos comunitários e nacionais. Nestes projetos, conforme determinam as normas de relato financeiro, os rendimentos são imputados numa base sistemática durante os períodos necessários para balancear com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

Assim, esses valores encontram-se refletidos nas contas 751 da seguinte forma:

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2015

- a) Formação Presencial 2012-2014 – 3.601,35 €
- b) Formação – Ação – 46.517,91 €
- c) Programas IEFP – 1.509,17 €
- d) Subsídio do Governo Regional Açores – Encontro de Freguesias no Faial – 18.291,17 €.

Relativamente aos subsídios ao investimento, os rendimentos estão registados na proporção dos gastos e das depreciações/amortizações dos ativos. (conta 7883- 701.094,25 €)

Realça-se ainda o valor dos juros obtidos em depósitos a prazo, que tem um valor significativo, embora inferior ao montante do ano anterior.

Os “ Gastos e Perdas” ocorridos no período em análise totalizaram 1.636.239,08 €, distribuídos da seguinte forma:

	GASTOS E PERDAS	2015	2014
61	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	0,00	57,50
611	Mercadorias	0,00	57,50
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	785 837,50	584 087,97
622	Serviços especializados	375 916,04	175 760,97
62.2.1	Trabalhos especializados	328 805,83	122 426,79
62.2.2	Publicidade e propaganda	10 887,31	12 313,27
62.2.3	Vigilância e segurança	119,14	1 349,14
62.2.4	Honorários	24 504,95	29 083,25
62.2.6	Conservação e reparação	11 598,81	10 588,52
623	Materiais	10 098,11	9 319,15
62.3.1	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	121,75	107,28
62.3.2	Livros e documentação técnica	3 206,91	3 485,00
62.3.3	Material de escritório	4 145,09	4 510,22
62.3.4	Artigos para oferta	2 624,36	1 216,65
624	Energia e fluidos	302,41	751,65
62.4.1	Eletricidade	77,62	581,46
62.4.3	Água	224,79	170,19
625	Deslocações, estadas e transportes	278 477,68	321 501,24
62.5.1	Deslocações e estadas	276 564,45	320 070,29
62.5.2	Transportes de pessoal	301,00	893,50
62.5.3	Transportes de mercadorias	1 612,23	537,45
626	Serviços diversos	121 043,26	76 754,96
62.6.1	Rendas e alugueres	20 177,48	8 267,50
62.6.2	Comunicação	27 156,77	26 032,50
62.6.3	Seguros	10 162,86	9 932,11
62.6.5	Contencioso e notariado	160,00	270,60
62.6.6	Despesas de representação	723,58	1 651,60
62.6.7	Limpeza, higiene e conforto	3 005,67	3 769,85

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2015

62.6.8	Outros serviços	59 656,90	26 830,80
62.6.8.1	Outros Serviços	59 656,90	26 678,40
62.6.8.3	Outros Fornecimentos	0,00	152,40
63	GASTOS COM O PESSOAL	305 976,59	326 540,74
631	Órgãos Sociais	69 245,00	75 500,00
632	Remunerações do pessoal	180 918,05	194 449,44
63.2.01	Vencimentos	125 296,68	126 726,31
63.2.02	Subsídio de Férias	13 006,29	11 097,77
63.2.03	Subsídio de Natal	11 108,30	11 011,63
63.2.05	Subsídio de Refeição	10 996,72	12 126,85
63.2.06	Horas Extra	12 922,00	11 076,19
63.2.07	Compensação por Acordo	0,00	13 578,18
63.2.09	Diuturnidades	4 645,61	5 044,72
63.2.10	Abono para falhas	254,45	304,20
63.2.11	Sub. Isenção de Horário	0,00	0,00
63.2.12	Férias não gozadas	0,00	0,00
63.2.14	Outros Abonos	2 688,00	3 483,59
635	Encargos sobre remunerações	52 937,63	53 687,09
63.5.1	Encargos sobre Remunerações	36 887,76	36 033,73
63.5.2	Encargos com senhas CD	15 620,40	17 648,96
63.5.3	FGCT	15,38	4,40
63.5.4	Segurança Social Independentes	414,09	0,00
636	Seguros acidentes trabalho e doenças profissionais	2 163,41	2 482,71
63.6.1	Acidentes de Trabalho	2 163,41	2 482,71
638	Outros gastos com o pessoal	712,50	421,50
63.8.8	Outros custos c\pessoal	712,50	421,50
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	534 461,64	17 597,34
642	ativos fixos tangíveis	14 724,91	14 724,91
64.2.3	Equipamento básico	1 099,13	1 099,13
64.2.6	Equipamento administrativo	13 484,03	13 484,03
64.2.9	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPOREAS	141,75	141,75
643	Ativos intangíveis	1 542,68	1 542,68
64.3.5	Obras em Imóveis Alheios	1 542,68	1 542,68
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	9 955,83	7 831,83
681	Impostos	172,46	183,96
68.1.1	Impostos diretos	172,46	183,96
688	Outros	9 783,37	7 647,87
68.8.1	Correções relativas a períodos anteriores	6 298,75	7 185,13
68.8.3	Quotizações (ICE)	0,00	250,00
68.8.4	Ofertas e amostras de inventários	3 149,25	
68.8.8	Outros não Especificados	335,37	212,74

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2015

69	GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	7,52	0,00
691	Juros suportados	7,52	0,00
	TOTAL DE GASTOS E PERDAS	1 636 239,08	936 115,38

- A conta de “Trabalhos especializados” inclui o contrato com a agência de comunicação, serviços de assessoria económico-financeira e serviços tipográficos para o Congresso. Inclui ainda, as despesas pagas às empresas no âmbito dos projetos financiados, cujos proveitos estão refletidos na mesma proporção, originando um resultado nulo.
- Os custos relativos a “Honorários” são, essencialmente, referentes a prestadores de serviços nas Delegações Distritais/Regionais, para apoio às atividades desenvolvidas.
- Os gastos em “Deslocações, Estadas e transportes” têm um peso bastante significativo no total de gastos do período, explicado essencialmente, pela participação nas iniciativas constantes do relatório de atividades, verificando-se um decréscimo bastante acentuado deste tipo de despesa.
- Quanto à conta de “Outros Serviços” inclui, principalmente, encargos relacionados com iniciativas organizadas pelo Conselho Diretivo e pelas Delegações.

ANÁLISE FINANCEIRA

A informação proporcionada pelas demonstrações financeiras é predominantemente de natureza financeira, possibilitando uma análise histórica do desempenho da Associação.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Modelo Reduzido)		UNIDADE: €	
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2015	31/12/2014
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	780 318,14	49 027,96
Ativos intangíveis	6	294 431,59	2 618,10
Investimentos Financeiros		242,72	54,27
		1 074 992,45	51 700,33
Ativo Corrente			
Inventários		0,00	3 149,25
Outras contas a receber		188 832,62	2 274 091,84
Diferimentos		350,00	427,10
Caixa e depósitos bancários	9	1 430 989,77	1 511 388,59
		1 620 172,39	3 789 056,78
Total do ativo		2 695 164,84	3 840 757,11

FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO

Fundos Patrimoniais			
Resultados transitados	4	1 530 891,25	1 705 756,18
Outras variações nos Fundos Patrimoniais	10	1 035 253,31	2 007 138,00
Resultado líquido do período		-60 327,83	-174 864,93
Total do Fundo de capital		2 505 816,73	3 538 029,25
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores		1 711,34	44 161,54
Estado e outros entes públicos		10 456,35	9 690,34
Diferimentos			224 657,19
Outras contas a pagar		177 180,42	24 218,79
		189 348,11	302 727,86
Total do passivo		189 348,11	302 727,86
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 695 164,84	3 840 757,11

Analisando o Ativo da Associação cumpre-me emitir algumas breves considerações:

As “Outras Contas a Receber” referem-se, essencialmente, aos valores em dívida de freguesias associadas (128.000 €) e processos relacionados com entidades formadoras.

As disponibilidades (“Caixa e depósitos bancários”) desagregam-se da seguinte forma:

- Caixa: 3.619,18 €
- Depósitos à ordem: 427.370,59 €
- Depósitos a prazo: 1.000.000 €

Do quadro relativo aos Fundos Patrimoniais e Passivo salientam-se os seguintes aspetos:

O “Resultado líquido do período” foi negativo (-60.327,83 €), podendo apontar-se como causas, os gastos com a aquisição de serviços de assessoria económico-financeira, com o Congresso, com as despesas inerentes aos Encontros das Delegações e outras iniciativas.

Na conta “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais” estão registadas as candidaturas associadas aos projetos de Modernização Administrativa (Subsídios ao Investimento), e que vai diminuindo na proporção dos rendimentos imputados na proporcionalidade dos gastos, nomeadamente, das depreciações.

A rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” reflete os descontos e encargos relativos a Dezembro a pagar em Janeiro de 2016.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2015

O direito a férias reporta-se ao trabalho prestado no ano civil anterior, e cumprindo o regime do acréscimo, os encargos com férias que incluem a remuneração correspondente ao período de férias, subsídio de férias e as contribuições para a segurança social, foram estimados e registado o gasto de 29.460,12 € por contrapartida da conta 2722, incluída na rubrica de “Outras Contas a Pagar”.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (MODELO REDUZIDO)

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		UNIDADE: €	
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	7	736 867,94	632 417,49
Subsídios à Exploração		69 919,60	45 653,11
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias-Consumidas		0,00	-57,50
Fornecimentos e serviços externos		-785 837,50	-584 087,97
Gastos com o pessoal		-305 976,59	-326 540,74
Outras imparidades			
Outros rendimentos e ganhos		769 123,71	83 179,85
Outros gastos e perdas		-9 963,35	-7 831,83
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		474 133,81	-157 267,59
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-534 461,64	-17 597,34
Resultado operacional		-60 327,83	-174 864,93
Resultado antes de impostos		-60 327,83	-174 864,93
Resultado líquido do período		-60 327,83	-174 864,93

- A Demonstração dos Resultados reflete o resultado líquido do exercício negativo de (60.327,83 €), bastante inferior ao ano anterior. A rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” aumentou, e o valor de receita também, mas ainda assim não foi suficiente para absorver os custos incorridos, devido a despesas imprevistas.
- Os “Gastos com o pessoal” diminuíram devido à Licença de Maternidade de uma colaboradora, e pagamento de menos senhas de presença que o ano anterior. Este ano foi contratado mais um jurista através do IEFP, e uma diminuta parte desses encargos foram comparticipados.
- Realça-se o facto de parte das remunerações da Técnica Oficial de Contas, do Técnico Informático e da assistente administrativa terem sido financiadas pelo Projeto de

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2015

Modernização Administrativa (SAMA), no valor de 20.678,31 €, cujo proveito associado se encontra registado em “Outros rendimentos e Ganhos”.

- Os “Outros Rendimentos e Ganhos” incluem os ganhos associados ao Projeto de Modernização Administrativa, cujos gastos de igual valor se encontram refletidos nos Fornecimentos e Serviços Externos, Gastos de Depreciações e Gastos com Pessoal.

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015			
		UNIDADE: €	
RUBRICAS	2015	2014	
<u>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais- Método Directo</u>			
Recebimentos de Associados	788 870,04	608 555,42	
Pagamentos a Fornecedores	-585 673,79	-277 399,87	
Pagamentos ao Pessoal/eleitos	-399 935,14	-477 223,78	
Caixa gerada pelas operações	-196 738,89	-146 068,23	
Outros recebimentos/Pagamentos	11 739,13	124 203,65	
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais	-184 999,76	-21 864,58	
<u>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Activos Fixos Tangíveis	1 151 626,22		
Activos Intangíveis	362 952,33		
Pagamentos respeitantes a:			
Activos Fixos Tangíveis	-969 483,87	-3 315,83	
Activos Intangíveis	-440 493,74	-1 968,00	
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento	104 600,94	-5 283,83	
Variação de Caixa e seus Equivalentes	-80 398,82	-27 148,41	
Caixa e seus Equivalentes no início do período	1 511 388,59	1 538 537,00	
Caixa e seus Equivalentes no fim do período	1 430 989,77	1 511 388,59	

Analisada a Demonstração de Fluxos de Caixa constata-se que recebimentos foram insuficientes para fazer face aos pagamentos em cerca de 80.000 €.

Ainda assim, podemos dizer que a posição de tesouraria é bastante positiva, em 1.430.989,77 €, dos quais 1.000.000 € são depósitos a prazo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nota 1 - Nota Introdutória

A Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), entidade de direito privado, foi constituída em 11 de Fevereiro de 1989 e declarada pessoa coletiva de utilidade pública em 9 de Fevereiro de 1993.

Constituem os órgãos da Associação, o Congresso Nacional, o Conselho Geral, o Conselho Diretivo e o Conselho Fiscal. As Delegações Distritais e Regionais surgem como forma de representação a nível distrital e regional, estabelecendo o elo de ligação entre o Conselho Diretivo e as Freguesias.

A ANAFRE tem como fim geral a promoção, defesa, dignificação do Poder Local e em especial:

- a) A representação e defesa das Freguesias perante os Órgãos de Soberania;
- b) A realização de estudos e projetos sobre assuntos relevantes do Poder Local;
- c) A criação e manutenção de serviços de consultadoria e assessoria técnico-jurídica destinada aos seus associados;
- d) O desenvolvimento de ações de informação e formação aos eleitos locais;
- e) A representação dos seus membros perante as Organizações Nacionais e Internacionais.

Nota 2 – Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e da NCRF –ESNL.

Acresce registar que a ANAFRE foi considerada pelo INE como entidade pública reclassificadas no subsector Local, enquadrando-se no âmbito de aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. Esta alteração de enquadramento implicou a aquisição de uma aplicação informática que respondesse às exigências desta norma. A implementação foi efectuada em 2012, e está a ser efectuada a sua aplicação desde janeiro de 2013, embora, com as dificuldades já expectáveis de conjugação de procedimentos que não se enquadram na contabilidade aplicável às entidades privadas.

Nota 3 – Principais Políticas Contabilísticas

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade e os registos contabilísticos efetuados de acordo com o SNC.

Nota 4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Pela aplicação do SNC os réditos devem ser mensurados pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. Assim, em cumprimento do regime do acréscimo, as quotas cujo pagamento está previsto estatutariamente, são reconhecidas no ano a que respeitam por esta ser uma obrigação que decorre da condição de associado, e portanto um direito da ANAFRE.

Nota 5 – Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas a partir do momento em que os ativos se encontram disponíveis para utilização, utilizando o método

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2015

das quotas constantes com registo duodecimal. As regularizações resultam de abates efetuados este ano.

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULAR.	SALDO FINAL
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Edifícios e Outras Construções	83 254,09	0,00	0,00	83 254,09
Equipamento Básico	24 749,01	0,00	455,00	24 294,01
Equipamento Administrativo	214 590,13	1 117 071,57	22 681,17	1 308 980,53
Outras Imobilizações Corpóreas	3 217,51	0,00	170,00	3 047,51
TOTAL	325 810,74	1 117 071,57	23 306,17	1 419 576,14
DEPRECIAÇÕES				
Edifícios e Outras Construções	68 828,74	1 628,85	0,00	70 457,59
Equipamento Básico	23 214,76	969,00	455,00	23 728,76
Equipamento Administrativo	182 343,26	382 898,37	22 681,17	542 560,46
Outras Imobilizações Corpóreas	2 396,02	285,17	170,00	2 511,19
TOTAL	276 782,78	385 781,39	23 306,17	639 258,00
VALOR LIQUIDO	49 027,96			780 318,14

Nota 6 – Ativos Fixos Intangíveis

Nos ativos intangíveis estão registados os softwares. Estas despesas foram reconhecidas como ativos, por gerarem benefícios futuros para a Associação.

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os ativos se encontrem disponíveis para utilização, pelo método das quotas constantes em duodécimos.

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULAR.	SALDO FINAL
ACTIVOS INTANGÍVEIS				
Programas de Computador	35 278,86	440 493,74	14 739,73	461 032,87
TOTAL	35 278,86	440 493,74	14 739,73	461 032,87
AMORTIZAÇÕES				
Programas de Computador	32 660,76	148 680,25	14 739,73	166 601,28
TOTAL	32 660,76	148 680,25	14 739,73	166 601,28
VALOR LIQUIDO	2 618,10			294 431,59

Nota 7 – Rédito

Os rendimentos de prestação de serviços (quotas) são registados tendo em conta o regime do acréscimo, isto é, foram contabilizadas todas as quotas que se deveriam ter recebido, pois constitui um dever dos associados, embora, alguma dessa receita só venha obter-se em exercício ou exercícios posteriores.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2015

Assim, em anos anteriores foram registados os ganhos inerentes às quotas das freguesias associadas, e ocorrida a decisão de anulação das dívidas existentes, a eliminação desses ganhos encontra-se refletida na conta "56 - Resultados transitados".

Nota 8 – Número Médio de Pessoas ao Serviço da Empresa

CATEGORIA	N.º PESSOAS
Técnica Oficial de Contas	1
Jurista	2
Técnica de Apoio Jurídico	1
Técnico de Informática	1
Técnica de Contabilidade	1
Técnica de Secretariado	1
Assistente Administrativa	1
TOTAL	8

Nota 9 – Caixa e Depósitos Bancários

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	UNIDADE: €
CAIXA	3 619,18
Caixa	117,58
Caixa- Delegações Distritais	3 501,60
DEPÓSITOS À ORDEM	427 370,59
CGD - Formação Ação 2009/2011	5 147,77
Novo Banco	32 871,53
CGD-POSI	1 289,62
BIC (BPN) - Av. de Roma	4 766,26
CGD- Praça do Chile	14 503,14
Depósitos à Ordem - Delegações Distritais	205 358,17
Novo Banco - Projetos Financiados	1 397,58
Novo Banco - Modernização Administrativa	159 705,21
CA- Caixa de Crédito Agrícola	2 331,31
OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS	1 000 000,00
CGD- DP	200 000,00
Novo Banco - DP	450 000,00
BIC - DP	350 000,00

Nota 10 – Subsídios

A ANAFRE tem projetos financiados de duas naturezas: Subsídios à Exploração e Subsídios ao Investimento.

a) Subsídios à Exploração:

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2015

Enquadram-se nesta natureza de subsídios os projetos de formação, que são registados inicialmente na conta de "Rendimentos a reconhecer", que será movimentada pelos rendimentos proporcionais aos custos incorridos no exercício.

b) Subsídios ao Investimento:

Nos projetos relacionados com subsídios ao Investimento (Modernização Administrativa) a política contabilística adotada consubstancia-se no registo dos valores em candidaturas em Fundos patrimoniais, e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

	GASTOS E PERDAS	ORÇAMENTO	REAL	DESVIO (REAL- ORÇAMENTO)	VARIAÇÃO %
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	629 550,00	785 837,50	156 287,50	24,83
62.2	Serviços especializados	292 200,00	375 916,04	83 716,04	28,65
62.2.1	Trabalhos especializados	270 000,00	328 805,83	58 805,83	21,78
62.2.2	Publicidade e propaganda	5 000,00	10 887,31	5 887,31	117,75
62.2.3	Vigilância e segurança	200,00	119,14	-80,86	-40,43
62.2.4	Honorários	10 000,00	24 504,95	14 504,95	145,05
62.2.6	Conservação e reparação	7 000,00	11 598,81	4 598,81	65,70
62.3	Materiais	7 500,00	10 098,11	2 598,11	34,64
62.3.1	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	0,00	121,75	121,75	
62.3.2	Livros e documentação técnica	3 000,00	3 206,91	206,91	6,90
62.3.3	Material de escritório	3 500,00	4 145,09	645,09	18,43
62.3.4	Artigos para oferta	1 000,00	2 624,36	1 624,36	162,44
62.4	Energia e fluidos	500,00	302,41	-197,59	-39,52
62.4.1	Electricidade	350,00	77,62	-272,38	-77,82
62.4.3	Água	150,00	224,79	74,79	49,86
62.5	Deslocações, estadas e transportes	260 000,00	278 477,68	18 477,68	7,11
62.5.1	Deslocações e estadas	260 000,00	276 564,45	16 564,45	6,37
62.5.2	Transportes de pessoal	0,00	301,00	301,00	
62.5.3	Transportes de mercadorias	0,00	1 612,23	1 612,23	
62.6	Serviços diversos	69 350,00	121 043,26	51 693,26	74,54
62.6.1	Rendas e alugueres	8 700,00	20 177,48	11 477,48	131,93
62.6.2	Comunicação	25 000,00	27 156,77	2 156,77	8,63
62.6.3	Seguros	9 800,00	10 162,86	362,86	3,70
62.6.5	Contencioso e notariado	0,00	160,00	160,00	
62.6.6	Despesas de representação	1 500,00	723,58	-776,42	-51,76
62.6.7	Limpeza, higiene e conforto	2 000,00	3 005,67	1 005,67	50,28
62.6.8	Outros serviços	22 350,00	59 656,90	37 306,90	166,92
62.6.8.1	Outros Serviços	22 350,00	59 656,90	37 306,90	166,92
63	GASTOS COM O PESSOAL	293 600,00	305 976,59	326 540,74	4,22

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2015

631	Órgãos Sociais	75 000,00	69 245,00	-5 755,00	-7,67
632	Remunerações do pessoal	170 000,00	180 918,05	10 918,05	6,42
635	Encargos sobre remunerações	46 000,00	52 937,63	6 937,63	15,08
636	Seguros acidentes trabalho e doenças profissionais	2 000,00	2 163,41	163,41	8,17
63.6.1	Acidentes de Trabalho	2 000,00	2 163,41	163,41	8,17
638	Outros gastos com o pessoal	600,00	712,50	112,50	18,75
63.8.8	Outros custos c\pessoal	600,00	712,50	112,50	18,75
64	GASTOS DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO	0,00	534 461,64	534 461,64	
642	Activos fixos tangíveis	14 724,91	14 724,91	14 724,91	14 724,91
64.2.3	Equipamento básico	1 099,13	1 099,13	1 099,13	1 099,13
64.2.6	Equipamento administrativo	13 484,03	13 484,03	13 484,03	13 484,03
64.2.9	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	141,75	141,75	141,75	141,75
643	Activos intangíveis	1 541,68	1 542,68	1 542,68	1 542,68
64.3.5	Obras em Imóveis Alheios	1 541,68	1 542,68	1 542,68	1 542,68
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	200,00	9 955,83	7 831,83	4 877,92
681	Impostos	200,00	172,46	183,96	-13,77
68.1.1	Impostos diretos	200,00	172,46	-27,54	-13,77
688	Outros	0,00	9 783,37	9 783,37	
68.8.1	Correções relativas a períodos anteriores	0,00	6 298,75	6 298,75	
68.8.4	Ofertas e amostras de inventários	0,00	3 149,25	3 149,25	
68.8.8	Outros não Especificados	0,00	335,37	335,37	
69	GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	0,00	7,52	7,52	
691	Juros suportados	0,00	7,52	7,52	
TOTAL DE GASTOS E PERDAS		923 350,00	1 636 239,08	712 889,08	77,21
43	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	1 903 500,00	1 308 980,23	-594 519,77	-31,23
4332	Obras Palácio da Mitra	100 000,00	0,00	-100 000,00	-100,00
4335	Equipamento informático (SAMA)	1 803 500,00	1 308 980,23	-494 519,77	-27,42
44	ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS	0,00	461 032,87	461 032,87	
44231	Programas de Computador	0,00	461 032,87	461 032,87	
TOTAL DE INVESTIMENTOS		1 903 500,00	1 770 013,10	-133 486,90	-7,01
TOTAL DE GASTOS E PERDAS E INVESTIMENTOS		2 826 850,00	3 406 252,18	579 402,18	20,50
RENDIMENTOS E GANHOS		ORÇAMENTO	REAL	DESVIO (REAL-ORÇAMENTO)	VARIAÇÃO %

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2015

72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	630 000,00	736 867,94	106 867,94	16,96
722	Quotas	630 000,00	736 867,94	106 867,94	16,96
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	0,00	69 919,60	69 919,60	
751	Subsídios do Estado e outros entes públicos	0,00	69 919,60	69 919,60	
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2 071 850,00	754 931,20	-1 316 918,80	-63,56
781	Rendimentos suplementares	40 000,00	53 095,00	13 095,00	32,74
78.1.6	Outros rendimentos suplementares	40 000,00	53 095,00	13 095,00	32,74
788	Outros	2 031 850,00	701 836,20	-1 330 013,80	-65,46
78.8.1	Correções relativas a períodos anteriores	0,00	550,17	550,17	
78.8.3	Imputação de Subsídios ao Investimento	2 031 850,00	701 094,25	-1 330 755,75	-65,49
78.8.8	Outros não especificados	0,00	191,78	191,78	
79	JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES	25 000,00	14 192,51	-10 807,49	-43,23
791	Juros obtidos	25 000,00	14 192,51	-10 807,49	-43,23
5	FUNDOS PATRIMONIAIS	100 000,00	0,00	-100 000,00	-100,00
56	Resultados Transitados	100 000,00	0,00	-100 000,00	-100,00
TOTAL DE RENDIMENTOS E GANHOS		2 826 850,00	1 575 911,25	-1 250 938,75	-44,25

Breves considerações sobre a variação de algumas rubricas:

- O orçamento de Rendimentos e Ganhos foi executado abaixo do previsto em 44%, devido aos subsídios ao investimento onde foi considerado o valor total do projeto, mas este não é refletido num só ano, será em vários anos na proporção das amortizações.
- Quanto à principal fonte de receita da Associação (quotizações) superou o previsto em 17%. Contudo, este desvio não poderá ser analisado desta forma, pois em sede de orçamento apenas se consideraram as quotas de previsível recebimento. Assim, tendo em conta que se arrecadou 653.963,94 €, o desvio de quotas é de 3,8 %, o que reflete o esforço que tem sido feito relativamente à cobrança.
- A conta de Deslocações e Estadas ultrapassou em cerca de 7 % o previsto inicialmente, o que demonstra a retração nesta natureza de despesa, mesmo em ano de realização de Congresso.
- A conta de Trabalhos Especializados, bem como a de Subsídios à Exploração apresentam valores superiores ao orçamentado, na medida em que não estava orçamentada a aquisição de serviços de assessoria económico-financeira e se esperava que os projetos de formação tivessem terminado no ano anterior.
- No que concerne às Delegações Distritais/Regionais apresenta-se o quadro com informação relativa às transferências de verbas efetuadas pelos serviços centrais, bem como os gastos de cada Delegação.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2015

DELEGAÇÕES DISTRITAIS/REGIONAIS	TRANSFERÊNCIAS DA SEDE	GASTOS DE FUNCIONAMENTO	INVESTIMENTOS
Aveiro	5 733,51	665,54 €	0,00 €
Beja	5 764,16	3 661,09 €	0,00 €
Braga	5 670,13	9 486,30 €	0,00 €
Bragança	2 146,03	1 603,04 €	0,00 €
Castelo Branco	3 164,18	2 513,56 €	0,00 €
Coimbra	0,00	1 840,98 €	0,00 €
Évora	3 806,43	5 559,30 €	0,00 €
Faro	5 295,63	3 506,45 €	0,00 €
Guarda	3 125,04	5 176,34 €	0,00 €
Leiria	2 057,11	8 905,87 €	0,00 €
Lisboa	1 458,73	13 464,66 €	0,00 €
Portalegre	0,00	705,46 €	0,00 €
Porto	6 907,12	9 785,24 €	0,00 €
Santarém	6 438,44	8 608,32 €	0,00 €
Setúbal	10 857,03	5 838,71 €	668,00 €
Viana do Castelo	5 453,26	4 004,01 €	0,00 €
Vila Real	0,00	0,00 €	0,00 €
Viseu	4 850,16	2 271,63 €	0,00 €
RA Açores	7 142,23	6 933,55 €	0,00 €
RA Madeira	5 921,79	2 174,11 €	0,00 €
	85 790,98	96 704,16 €	668,00 €

Centos de Custo

	CENTROS DE CUSTO	RESULTADO (€)
1	ANAFRE- Funcionamento	-60 327,83
101	SEDE	99 929,32
1.01.01	Estrutura	366 172,57
1.01.02	Conselho Geral	-38 425,60
1.01.03	Conselho Directivo	-224 323,51
1.01.04	Conselho Fiscal	-3 494,14
102	DELEGAÇÕES DISTRITAIS	-96 241,50
1.02.01	Delegação Distrital de Aveiro	-665,54 €
1.02.02	Delegação Distrital de Beja	-3 661,09 €
1.02.03	Delegação Distrital de Braga	-9 486,30 €
1.02.04	Delegação Distrital de Bragança	-1 603,04 €
1.02.05	Delegação Distrital de Castelo Branco	-2 513,56 €
1.02.06	Delegação Distrital de Coimbra	-1 840,98 €
1.02.07	Delegação Distrital de Évora	-5 607,10 €

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2015

1.02.08	Delegação Distrital de Faro	-3 506,45 €
1.02.09	Delegação Distrital de Guarda	-4 750,40 €
1.02.10	Delegação Distrital de Leiria	-8 905,87 €
1.02.11	Delegação Distrital de Lisboa	-13 464,66 €
1.02.12	Delegação Distrital de Portalegre	-705,46 €
1.02.13	Delegação Distrital de Porto	-9 785,24 €
1.02.14	Delegação Distrital de Santarém	-8 608,32 €
1.02.15	Delegação Distrital de Setúbal	-5 838,71 €
1.02.16	Delegação Distrital de Viana do Castelo	-4 004,01 €
1.02.17	Delegação Distrital de Vila Real	31,60 €
1.02.18	Delegação Distrital de Viseu	-2 273,61 €
1.02.19	Delegação Distrital dos Açores	-6 883,65 €
1.02.20	Delegação Distrital da Madeira	-2 169,11 €
103	Programa Co-financiados	-3 082,34
1.03.04	Formação 2012-2013	-2 824,04 €
1.03.05	Formação Ação - 2014	-258,30 €
1.03.06	Modernização Administrativa	0,00 €
104	Livro "A reforma do Estado e a Freguesia"	-3 149,25
115	XV - Congresso da ANAFRE-Açores	-57 784,06
2	ANAFRE- Investimento	1 557 753,76
201	SEDE	4 205,78
2.01.01	Estrutura	4 205,78
202	DELEGAÇÕES DISTRITAIS	668,00
2.02.15	Delegação Distrital de Setúbal	668,00
204	Modernização Administrativa	1 552 879,98
2.04.01	Modernização Administrativa - FEDER - Ação 1	1 176 986,32
2.04.02	Modernização Administrativa - DGAL - Ação 1	207 703,46
2.04.03	Modernização Administrativa - DGAL - Ação 2	168 190,20

- O centro de custo da SEDE – Estrutura apresenta um resultado positivo, pois estão refletidas todas as quotas de 2015, e os gastos de estrutura, isto é, gastos com pessoal, e as despesas de funcionamento.
- Os resultados negativos dos centros de custo dos órgãos da ANAFRE são o reflexo dos gastos de deslocação e estadas, despesas de representação, senhas de presença para a participação dos membros nas reuniões/iniciativas.
- O centro de custo relativo ao Congresso reflete um resultado negativo de aproximadamente 58.000 €.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2015

- Os centros de custo das Delegações também apresentam resultados negativos, na medida em que as transferências efetuadas pelos serviços centrais não constituem receitas das delegações, contabilisticamente, são meras transferências de contas bancárias, tendo apenas reflexo na tesouraria.

A Contabilista Certificada

(CC n.º 81056)

(Carla Martins dos Reis)